

ASSOCIAR OU NÃO ASSOCIAR?

O Caso de uma Comunidade Cafuza

*Alessandra Schmitt **



Foto: Tânia Welter

Reunião da Comunidade Cafuza de José Boiteux/SC

A Comunidade Cafuza tem uma trajetória muito singular. Desce de pessoas que participaram como rebeldes na Guerra do Contestado, no planalto catarinense (1912-1916) e que, tendo sobrevivido, passaram à condição de sem-terra, como muitos outros sobreviventes. Saíram da guerra no município de Canoinhas e passaram a migrar na condi-

ção de parceiros em fazendas. Na segunda metade da década de 1920 tornaram-se posseiros numa área devoluta no município de Vitor Meireles. De lá foram expulsos definitivamente em 1946, por madeireiros e colonizadores de origem alemã e italiana, ao mesmo tempo que eram “convidados” a habitar no interior da Área Indígena, no então município de Ibirama (hoje José Boiteux), na região Alto Vale

do Itajaí. Foi aí que este grupo etnicamente diferente que era chamado até então de caboclo, adotou a denominação Cafuzo, sugerida a eles por um dos chefes do posto indígena. Esta era-lhes conveniente, na época, porque explicitava uma ancestralidade indígena realmente existente e justificava seu direito de posse adquirido dentro da área indígena.

A construção de uma barragem (inici-

ada em 1970 e ainda não acabada), cujo lago para contenção das águas ficou localizado dentro das terras indígenas, detonou a extração acelerada de madeira e a área que era ocupada pelos Cafuzos foi sendo tomada pela população indígena. Após inúmeras reivindicações e peregrinações às autoridades, foram assentados pelo INCRA no município José Boiteux em 1992. Sete anos antes, em 1985, fizeram o primeiro pedido por uma terra comunitária, junto ao Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD), que foi extinto no ano seguinte. São 30 famílias morando hoje na área cafuza e quase o mesmo número em outros locais (Martins, 2001).

O objetivo deste artigo é discutir as implicações da transposição do modelo de democracia representativa para a organização da Associação Comunitária Cafuza e da regra de tomada de decisões por votação da maioria. Espero que esta reflexão possa ser pertinente também para outros grupos.

Associar ou não associar: eis a (já fechada) questão

Qual a motivação e o histórico da constituição de uma Associação pelos Cafuzos? Integrantes de uma categoria camponesa mais ampla denominada *cabocla* na Região Sul do Brasil e *caipira* na Região Sudeste (Bloemer, 2000 e Cândido, 1987), formada através do encontro das culturas africanas, indígenas e européias, este grupo também se caracteriza por um tipo de ocupação de território que conjuga espaços comunitários e espaços de apropriação familiar. Os primeiros são áreas de reserva, caça e coleta, mas também passíveis de ocupação pelas novas famílias que se formam. No contexto de existência de terras livres em que se constituiu este tipo de campesinato brasileiro, a necessidade da terra e a sua ocupação pelo trabalho eram os critérios para se obter o direito de posse e assim continua sendo.

Desta forma, a titulação individual, no nome de cada núcleo familiar, normalmente praticada pelo INCRA, não atende nem à tradição do grupo, nem tampouco ao interesse atual do grupo de impossibilitar futuras vendas de lotes. Assim, a condição

para que o grupo receba a titulação da terra coletiva é a existência de uma associação.

O Estado brasileiro ainda não desenvolveu mecanismos jurídicos para titular terras comunais de outra forma que não seja em nome de uma entidade jurídica, o que faz com que as comunidades camponesas quilombolas, que estão agora também reivindicando o reconhecimento e a titulação oficial dos seus territórios, enfrentem a mesma obrigação de constituírem uma associação. Diferentemente, comunidades indígenas constituem personalidades que podem ingressar em juízo, de acordo com o que reza o Estatuto do Índio, conforme Dalmo de Abreu Dallari (1997).

Em alguns casos isto não é novidade, uma vez que em algumas localidades as comunidades rurais tradicionais já encaminhavam solicitações de serviços às prefeituras locais através de suas associações de bairro. No entanto, ao se envolverem com agências de governos estaduais e federais, estas novas associações passam também a intermediar algumas ações, investimentos ou empréstimos financeiros que têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico. Isto complexificou bastante a experiência de ser um associado.

Agentes estatais e pessoas ligadas a movimentos sociais que prestam assessoria a assentamentos, bem como as próprias famílias assentadas, são motivados pela exigência de criação de uma renda suficiente para que possam suprir as demandas de consumo da família e, assim, permanecer na terra. Neste contexto, a produção familiar, apesar de tradicional, é tida como um fator anti-racional em relação aos objetivos de inserção no mercado, onde o volume da produção é um fator fundamental para a competitividade. Além do aspecto econômico, a produção coletiva é vista como um fator de estímulo à construção de relações políticas mais solidárias que têm também, em última instância, objetivos de transformação social que leve a uma maior justiça no acesso aos meios de produção.

As experiências de assentamentos já geraram várias reflexões sobre a força da tradição cultural camponesa e os seus conflitos com o funcionamento de associações

e cooperativas rurais, bem como sobre as dificuldades de comercialização devidas à crescente concentração de capital. Mas, as fileiras que marcham do urbano para o rural não cessam e a mera reprodução do modo de vida tal como está dado na tradição camponesa já não consegue equacionar as crescentes necessidades de consumo com as condições do mercado para o produto agrícola. É muito provável que soluções só sejam possíveis a partir de uma reflexão e uma gestão coletivas, por isso é importante a discussão sobre como se organiza este coletivo.

Parentes, compadres e...associados

Tratando-se do grupo Cafuzo, esta experiência de associação era absolutamente nova e estranha até 1989. Após o assentamento, em 1992, a associação passou a administrar o Projeto Coletivo de Produção de Erva-Mate, o que criou questões administrativas e papéis sociais até então inexistentes no grupo. Este planejamento não foi exatamente fruto de uma escolha entre opções, mas quase uma exigência das circunstâncias, assim como acontece com quase todos os assentados que recebem orientações de órgãos governamentais federais e estaduais, setores da igreja e movimentos sociais ligados à reforma agrária.

Resumindo: na condição de assentados tiveram acesso a financiamentos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) e estes foram geridos pela Assembléia para investimentos no projeto coletivo de produção de erva-mate. Assim, além da compra de alimentos para manter as pessoas no trabalho de derrubada do mato, plantio e limpeza da erva-mate, o dinheiro foi utilizado na compra de mudas de erva e, mais recentemente, na aquisição de um secador de erva e construção do galpão onde este será instalado. Contudo, os investimentos não geraram os resultados projetados, uma vez que o trabalho em grupo não foi realizado na quantidade e na frequência necessárias para a manutenção da erva-mate nas áreas coletivas.

Existem algumas explicações para esta situação. A comunidade, e conseqüente-

mente a associação, é formada por dois troncos familiares que funcionam como grupos antagônicos que trocam cônjuges entre si e também se aliam e formam a Comunidade Cafuza, mas não se subordinam um ao outro politicamente, pois cada um deles conta com um estilo próprio de vida e de trabalho, além de uma dinâmica interna para tomada de decisões que tem as pessoas mais velhas como congregadoras/catalizadoras. Um outro aspecto que complica esta relação entre os associados é o fato de que são todos parentes e compadres e, portanto, têm, entre si, relações de obediência, respeito, fidelidade, cortesia, desafetos, entre outras, que entram em choque com a impessoalidade requerida pela lógica da associação, a qual pressupõe que todos os associados estejam em posição de igualdade.

Assim, como a posição de cacique é ocupada por um membro de um dos lados, o outro sente-se em desvantagem e as pessoas afirmam que o cacique "do outro lado" usa sua posição para favorecer o seu grupo, acobertando ou não punindo atitudes consideradas prejudiciais ao coletivo. Outra questão bastante relevante é a percepção, por um dos lados, de que obtém resultados diferentes com o trabalho na erva e que o trabalho conjunto os desfavorece. A realidade é infinitamente complexa e estas considerações aqui traçadas são apenas as linhas gerais das dificuldades apontadas por eles.

A situação concreta que percebo é que o projeto coletivo não conseguiu unificar o trabalho de ambos os troncos familiares e nenhum dos grupos se identifica com o projeto. Semelhança ao que acontece em outras comunidades e assentamentos, a produção coletiva é identificada com a idéia de patrão e como a causa das desavenças entre as famílias.

Mais recentemente, as relações entre os Cafuzos no tocante ao trabalho e ao funcionamento da associação parecem ter atingido níveis ainda mais críticos, pois já há muitos meses não são feitas assembleias e o conselho fiscal está inativo. O trabalho de manutenção das plantações de erva também parou e uma parcela do empréstimo PROCERA que seria necessária para terminar a construção do secador de erva-mate não foi acessada por causa de uma

decisão pessoal e arbitrária do cacique e agora já não está mais disponível para o grupo. Além disso, percebe-se uma grande animosidade entre os grupos familiares. O cacique atual pertence ao grupo familiar que está numericamente maior, o que inviabiliza a eleição de alguém do lado que está minoritário.

Quando conversamos sobre este assunto, este grupo mostrou que, mesmo se retomassem a liderança, acham que as relações entre eles não melhorariam e nem que o projeto voltaria a caminhar. Diante desta impossibilidade, manifestam bastante desânimo e aventam a possibilidade de criar outra associação.

O grupo que está no poder atribui as dificuldades às supostas "confusões" causadas pelos outros, especialmente depois que quase todos se converteram à igreja Assembléia de Deus. E estes, por sua vez, freqüentemente também atribuem os conflitos ao que eles percebem como intolerância à sua nova religião. É bastante evidente que a diferença de filiação religiosa é apenas um dos aspectos deste antagonismo, todavia, é o mais recente e parece ser o mais fácil de nomear publicamente.

Na reflexão contida em minha dissertação, entendia que a associação e o projeto coletivo entravam em choque com a tradição camponesa. Tradição esta caracterizada por ter a família como unidade que administra o seu próprio trabalho com autonomia, mas que estabelece relações de reciprocidade com outras famílias e entre elas circulam serviços e bens, materiais e simbólicos. Esta trama de relações, com seus conflitos e regras de respeito, transparece na Associação Comunitária de diversas formas, especialmente nos silêncios que aparentemente significavam concordância mas que ocultavam opiniões divergentes que, se expressas, poderiam ofender, ou "agravar" o outro como eles dizem. Também as dificuldades de expressar-se oralmente em público sobre assuntos que conheciam pouco causavam constrangimento a alguns Cafuzos, que chegavam a se desculpar por "não saber falar direito" (muitas assembleias foram feitas na presença de assessores e agentes estatais).

Eu considerei que para poderem se relacionar entre si com mais abertura e li-

berdade no âmbito da associação, as pessoas deveriam passar por uma transformação e um aprendizado que permitissem subverter uma lógica de hierarquia-submissão que caracterizava os relacionamentos dos Cafuzos (e também o nosso!) dentro da família, na comunidade como um todo e na relação desta com a população regional "branca".

Diante dos últimos acontecimentos na área Cafuza, que resumidamente relatei acima, meu primeiro impulso foi pensar em incompatibilidade entre o grupo e o funcionamento de uma associação, para depois lembrar que este não era um histórico incomum para associações em geral, muito freqüentemente caracterizadas por disputas de poder. Poder este que é sempre o poder de influenciar outras pessoas e o acesso aos recursos materiais (Adams, 1977), e quanto mais entra em questão a administração de recursos que não são aqueles tradicionalmente geridos pelas famílias camponesas, mais se torna acirrada a disputa pelos cargos de liderança.

Hoje, no entanto, percebo que há algo na própria estrutura organizacional da associação que contribui para agravar estas dificuldades.

O modelo democrático estatal

Verifica-se uma transposição para a Associação de uma estrutura de funcionamento característica das instituições democráticas, que têm a estrutura do Estado democrático como referência máxima. Grande parte das discussões teóricas sobre representação política se atém ao âmbito do Estado liberal-burguês (onde a democracia surgiu como fruto da luta de classes entre a burguesia e a monarquia, como afirma Lefort, 1987) e confrontam a prática da representação à da não representação, isto é, o Estado democrático ao Estado totalitário, ocorrendo uma polarização da questão, conforme indica Lamounier (1985). Este autor insiste que a questão a ser discutida são as diferentes formas de representação e não a presença ou ausência da mesma. Já Rouquié (1985) enfoca a discussão polarizada em outro extremo, entre os defensores da autogestão (democracia direta), que "questionam o caráter

democrático do regime representativo” e aqueles que enfatizam que há no sufrágio universal um potencial de transformação da sociedade burguesa.

Estas discussões sobre a justiça, a pertinência e a viabilidade de um ou outro modelo de democracia têm como referência sempre sociedades, e não comunidades. Assim, penso que a motivação para a implantação da democracia representativa em grupos tão reduzidos como os Cafuzos (30 famílias) talvez seja a simples reprodução no micro do modelo que se tem como ideal para o macro, utilizando-se os mesmos rituais.

O trabalho de Renato Raul Boschi (1987) é elucidativo a este respeito, pois discute a tensão entre a organização institucional e a ação coletiva ao analisar os novos movimentos sociais surgidos no Brasil a partir da década de 1980. Aponta que, mesmo que a motivação para a ação coletiva seja a contestação contra a opressão e a exclusão dos segmentos marginalizados das instituições políticas (e não é nenhuma novidade que mesmo um Estado

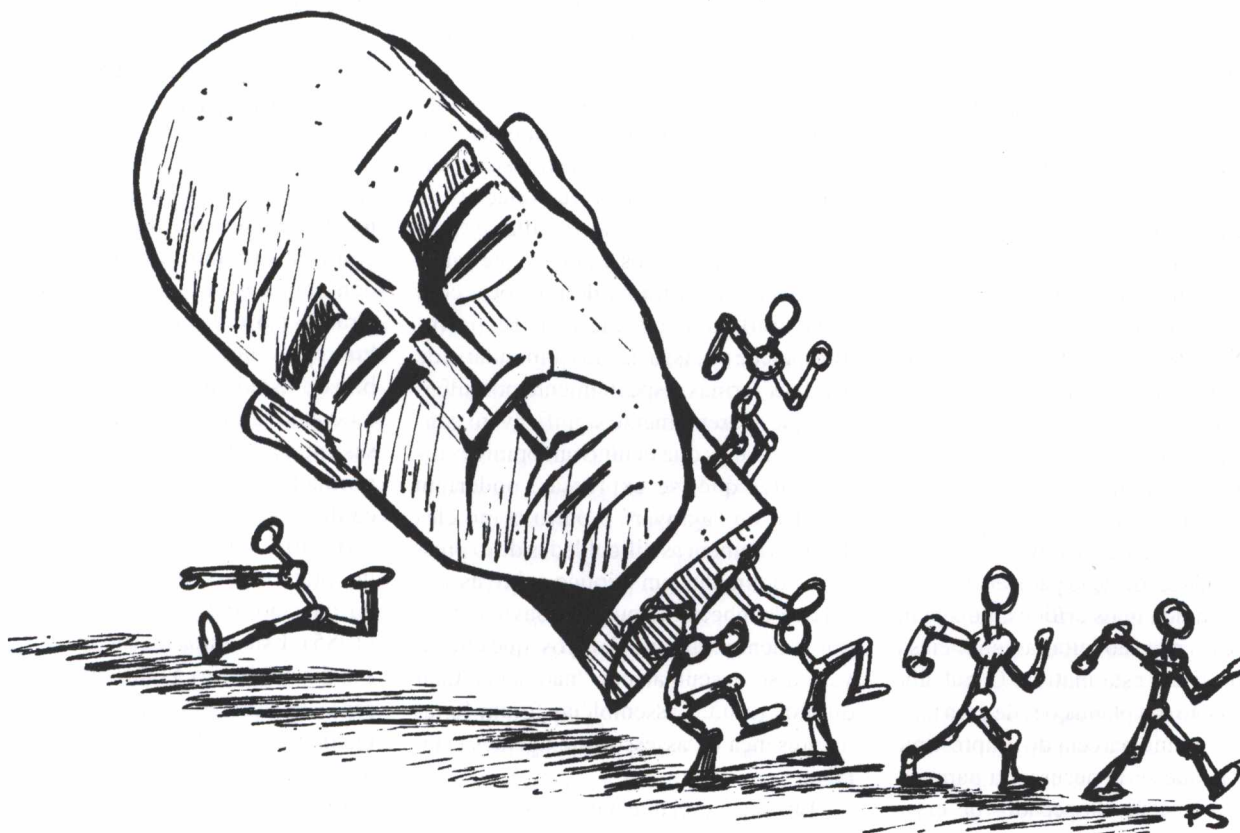
democrático implica em exclusão), a própria ação coletiva não está isenta de tendências opressivas pois reproduz “elementos do ambiente institucional ao seu redor”, a tendência à hierarquização e à estratificação. Mais ainda, Boschi percebe que quase a totalidade dos movimentos sociais no Brasil “tendem a ser de natureza excessivamente reivindicatória” e, por isso, “caracterizados por um padrão de negociação com o Estado, vale dizer, são um fenômeno enquadrado institucionalmente” (pp.31-35).

O caso da Associação Comunitária Cafuzo é típico neste sentido. A motivação para sua formação foi a reivindicação por uma terra própria junto ao Estado. A titulação da terra conquistada depende da sua existência e a grande motivação para reuniões parece que estava na alocação de recursos financeiros provenientes de fontes estatais, utilizados na implantação do projeto de produção de erva-mate. Quando cessou a entrada de recursos também parece ter cessado a motivação que os fazia relevar as dificuldades para a realiza-

ção das assembleias de associados.

Comunidade X Sociedade

O funcionamento de uma associação era estranho à prática do grupo Cafuzo, que tinha apenas a organização política informal que refletia os troncos familiares, cada um contando com a presença dos “mais velhos”, que exerciam o papel de aglutinadores, conselheiros e conciliadores, da qual participavam todas as famílias igualmente. Sem mecanismos de votação, as decisões eram resultado de conversas que tinham os mais velhos como mediadores e como fonte de autoridade. As questões que demandavam decisões conjuntas deveriam ser poucas e provavelmente não diziam respeito à administração conjunta de recursos materiais que não fossem a própria terra, uma vez que o trabalho era realizado de acordo com as regras tradicionais de reciprocidade e de solidariedade entre as famílias. Esta forma baseada nos costumes é chamada comunitária. O “cargo” de cacique dos Cafuzos foi criado por



um administrador do posto indígena na década de 1960, e funcionava muito mais como um preposto na hora de solicitar o trabalho cafunzo para o posto do que como uma liderança tradicional do grupo.

Na nova situação, a qual denomino societária (Tönnies, apud Miranda, 1995), penso que um aspecto fundamental seja o de que as funções dos líderes giram especialmente em torno da administração do trabalho no projeto coletivo e de recursos comunitários, ambos antes inexistentes. São recursos comunitários: um galpão construído pelo INCRA, veículos e equipamentos (já tiveram um pequeno trator e uma caminhonete e ambas quebraram por uso excessivo no transporte de pessoas para o centro da cidade, quando seu objetivo principal era o uso no trabalho no projeto coletivo da erva-mate), além de recursos financeiros obtidos através de financiamentos. Assim, a instituição do cacicado é mantida mas suas características foram profundamente alteradas. Pode-se dizer, lembrando Adams Richard (1977), que o novo cacicado detém muito mais poder do que na forma anterior, porque existem mais recursos em jogo.

As regras na teoria e na prática

As regras de democracia representativa na Comunidade Cafuzo, expressas no estatuto da associação comunitária, prevêm a existência de dois conselhos, o político e o fiscal, com quatro pessoas cada. No primeiro estão o cacique, o vice-cacique, o secretário e o tesoureiro, com mandato de dois anos. O segundo tem mandato por tempo indeterminado, estando prevista a possibilidade de renúncia ou destituição para todos os cargos a qualquer momento. Uma outra regra importante é a de que "as decisões da Assembléia Geral Comunitária são aprovadas por maioria absoluta".

Na teoria existe a idéia de que todos os associados têm igual responsabilidade pelo planejamento e pela execução das atividades, uma vez que todos, líderes e liderados, teriam o mesmo interesse no sucesso das empreitadas. No entanto, a existência destes papéis favorece muito que as pessoas assumam posturas defensivas e

acusatórias, o que foi percebido por Maria Conceição D'Incao e Gerard Roy (1995), que relatam sua tentativa de, no diálogo com cada família assentada, fazê-las perceber sua cumplicidade com os problemas pelos quais passavam na Cooperativa.

O que talvez passe despercebido é que neste contexto de maior poder a forma organizacional representativa e hierarquizada é um campo fértil para que se reproduzam todas as relações políticas tradicionalmente vividas pelas pessoas num âmbito macro, pois são estas as representações predominantes que elas têm sobre política. Refiro-me à manipulação das reuniões através da definição prévia das pautas e do poder que o líder e condutor da reunião tem de conferir importância diferenciada às manifestações da assembléia; à prática de costurar acordos para garantir que prevaleçam determinadas propostas, já que é a vontade da maioria e não o consenso que define as decisões; à não convocação de reuniões, o que torna todo o grupo refém, e até mesmo à apropriação indevida de recursos coletivos. Por outro lado, os liderados apresentam a tendência a se retirar da arena política ao invés de confrontarem a autoridade instituída, ao mesmo tempo que este arranjo organizacional também permite que as pessoas se omitam usando alegações de que as iniciativas (de trabalho, de controle e de propostas) devem partir dos líderes.

Um dos principais critérios que têm norteado a ocupação dos cargos de liderança máxima (cacique e vice-cacique) é a desenvoltura no relacionamento com o exterior da comunidade, mais especificamente com a esfera estatal. A existência de tais cargos promove a centralização, a personalização e a disputa pelo poder, tornando a prática política dependente da obtenção da maioria dos votos, para o que nem sempre é privilegiada a qualidade da argumentação, mas sim a formação de alianças, conchavos e práticas clientelistas. Esta estrutura também transfere para estes líderes privilégios e responsabilidades que favorecem a centralização das decisões e a desobrigação dos outros, os liderados, que passam a criticar os líderes pela má condução da organização, a reclamar que suas opiniões nunca são consideradas e que

os líderes acabam fazendo tudo conforme querem. Os líderes, por sua vez, reclamam que não existe uma participação satisfatória dos associados nem durante as assembléias, nem no cumprimento das decisões ali tomadas.

Penso que esta tendência a reproduzir comportamentos autoritários/submissivos já está dada na cultura marcada pela hierarquia e no *ethos* de classe subordinada. Em pesquisa anterior na Comunidade Cafuzo, eu já havia identificado uma situação de "aderência ao opressor": tal como descrita pelo pedagogo Paulo Freire:

"A estrutura de seu pensar (dos oprimidos) se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se 'formam'. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não está clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade." (1994:32). E continua dizendo que isto decorre de "...um certo momento de sua experiência existencial, [no qual] os oprimidos assumem uma postura que chamamos de 'aderência' ao opressor. Nestas circunstâncias, não chegam a 'admirá-lo', o que os levaria a objetivá-lo, a descobri-lo fora de si." (idem, *ibid.*) Ele aponta para a necessidade dos oprimidos reconhecerem o opressor em seu próprio comportamento para libertarem-se.

A relação de discriminação e submissão dos Cafuzos com a população do seu entorno me levou a perceber que esta submissão também era vivida no interior das famílias, entre esposos e filhos. Os filhos mais velhos oprimem os mais novos, as mulheres se submetem aos homens, num efeito dominó. Assim, pareceu-me que a mudança nestas relações familiares era imprescindível para que a participação das pessoas na associação também pudesse ser mais plena, mais ativa, democrática no sentido radical do termo. Numa perspectiva bastante otimista, esperava que a necessidade de organização para produzir coletivamente na terra fosse motivação suficiente para que a associação funcionasse a contento.

Continuo vendo sentido nesta idéia, mas hoje estou convencida que a própria estrutura da associação não apenas faz per-

petuar esta hierarquização como também introduz uma nova hierarquia entre as famílias que compõem a comunidade. A hierarquia tradicional entre as famílias camponesas está dada na relação com "os mais velhos" e a nova hierarquia se estabelece em relação aos mais votados.

Bem, se concordamos que estas estruturas organizacionais podem ser questionadas, podemos pensar em algumas regras e procedimentos definidos por oposição à situação vigente. Sei bem das dificuldades para viver relações mais igualitárias numa sociedade toda pautada por relações hierarquizadas. Contudo, o caso paradigmático da Comunidade Cafuza mostra a necessidade de pensar alternativas para a forma como são organizadas as associações de camponeses.

A legislação não obriga que em uma associação existam cargos de direção definidos e ocupados individualmente, assim, é possível que, num extremo, todo o coletivo componha o conselho administrativo e, em função de questões específicas e na medida da necessidade, decida quais pessoas as desempenharão. É importante, nestes casos, existir o claro propósito da rotatividade e da colaboração entre as pessoas para assumir várias funções, de modo que dificuldades pessoais possam ser superadas. Esta prática possibilitaria a mais pessoas ter oportunidade de aprender e exercitar habilidades e responsabilidades, de modo que o *saber* que confere às pessoas o *poder* possa ser equilibrado, evitando as posturas de autoritarismo/submissão acima mencionadas. Havendo necessidade de definir papéis administrativos fixos, estes poderiam ser ocupados por grupos de pessoas, em conselhos, e não por indivíduos.

Sabemos que muitas vezes existem grupos de afinidade diversos em uma comunidade, segundo critérios de parentesco, filiação religiosa, vizinhança, opções políticas, e outros. Parece-me sensato que estas afinidades devam ser respeitadas e que não se queira subordinar um grupo à liderança de outro, o que leva a um acirramento de diferenças. Comunidades não são unidades que permanecem incondicionalmente unidas e a racionalidade econômica, que vislumbra uma grande união para fazer frente ao mercado, nem sempre sus-

tenta estas associações. O caso da Comunidade Cafuza me sugere que assumir as divergências ao invés de sufocá-las e organizar o trabalho em torno de grupos de afinidade poderia, e pode ainda, ser mais racional. Esta divisão era um desejo quase consensual no grupo há algum tempo atrás, mas contrariava assessores e agentes estatais.

As votações são um mecanismo fundamental do funcionamento de associações, (não só para preenchimento de cargos mas para tomada de decisões) e se fizermos um exercício de memória veremos que normalmente no momento em que se chega a um impasse na discussão alguém propõe que se vote, normalmente abreviando a discussão e a apresentação de argumentos. A experiência também nos mostra que a submissão da minoria à maioria nem sempre é satisfatória, levando à falta de cumprimento das deliberações, à falta de identificação desta minoria com a associação, à inatividade e mesmo à dissolução do grupo. Por isso, a demora das discussões e o aprofundamento da argumentação até que se consiga conciliar interesses diversos, por mais que sejam também difíceis, parecem ser alternativas à situação atual.

Os conflitos são inevitáveis no convívio humano, mas creio que seja também desejável que se pense e se tente formas alternativas de organização, de forma a evitar a concentração e a manipulação do poder, porque é dessa vivência de relações mais igualitárias no âmbito das pequenas organizações que brota a esperança de que estas experiências possam se ampliar para a sociedade como um todo.

**Alessandra Schmitt é Doutoranda em Antropologia Social/USP.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, Richard
(1977) "Power in Human Societies: A Synthesis". In: FOGELSON, Raymond e ADAMS, Richard, *The Anthropology of Power*. New York: Academic Press.
- BLOEMER, Neusa Maria
(2000) *Brava Gente Brasileira - Migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis, Cidade Futura.
- BOSCHI, Renato Raul
(1987) *A Arte da Associação: Política de*
- Base e Democracia no Brasil*. São Paulo, Vértice & Rio de Janeiro, IUPERJ.
- CÂNDIDO, Antônio
(1987) *Os Parceiros do Rio Bonito*. 7ª ed., São Paulo, Livraria Duas Cidades Ltda.
- DALLARI, Dalmo de Abreu
(1997) "Desafios para o reconhecimento das terras quilombolas". In: ANDRADE, Lúcia M. (org.), São Paulo, Edição Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- D'INCAO, Maria Conceição
(1991) "A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária". In: *Lua Nova*, n.23, São Paulo, Marco Zero, março.
- D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard
(1995) *Nós Cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo, Paz e Terra.
- ESTERCI, Neide; MEDEIROS, Leonilde S. de; FRANCO, Mariana P. e LEITE, Sérgio
(1992) "Assentamentos Rurais: Um Convite ao Debate". In: *Reforma Agrária*. Vol.22, n.3, Set-Dez, pp. 4-14.
- FERRANTE, Vera Lúcia Botta
(1994) "Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas". In MEDEIROS, Leonilde Sévolo et al. *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Unesp.
- FREIRE, Paulo
(1994) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 32.
- LAMOUNIER, Bolívar
(1985) "Apontamentos sobre a questão democrática brasileira". In: ROUQUIÉ, A., et al. *Como Nascem as Democracias*. São Paulo, Brasiliense.
- LEFORT, Claude
(1987) *A Invenção Democrática: Os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense.
- MARTINS, Pedro
(2001) *Comunidade Cafuza de José Boiteux/SC: História e Antropologia da Apropriação da Terra*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. FFLCH/USP.
- MIRANDA, Orlando de (org.)
(1995) *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo, Edusp.
- SCHMITT, Alessandra
(1998) *Uma irmandade em redefinição: conflito entre modo de vida camponês e organização coletiva do trabalho. Um estudo sobre os Cafuzos de José Boiteux, SC*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/USP, São Paulo.
- ROUQUIÉ, Alain
(1985) "O mistério democrático: das condições da democracia às democracias sem condições". In: ROUQUIÉ, A. et al. (org.) *Como nascem as democracias*. São Paulo, Brasiliense.
- WELTER, Tânia
(1999) *Revisitando a Comunidade Cafuza a Partir da Problemática de Gênero*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social / UFSC.